

CONCURSO PÚBLICO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

EDITAL Nº 03/2022

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (NÍVEL E)
CONTADOR

Duração: 04h (quatro horas)

Leia atentamente as instruções abaixo:

- 01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:
a) Este Caderno, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

LÍNGUA PORTUGUESA	LEGISLAÇÃO E ÉTICA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
1 a 8	9 a 15	16 a 50

- b) Um Cartão de Respostas destinado às respostas das questões objetivas.
- 02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no Cartão de Respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
- 03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do Cartão de Respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.
- 04 No Cartão de Respostas, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B C D

- 05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 (quatro) alternativas classificadas com as letras (A, B, C e D), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- 06 Somente depois de decorrida 01 (uma) hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu Cartão de Respostas, seu Caderno de Questões e retirar-se da sala de prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o Termo de Ocorrência declarando sua desistência do Concurso, que será lavrado pelo Coordenador do Local.
- 07 Ao candidato, será permitido levar seu CADERNO DE QUESTÕES a partir de 01 (uma) hora para o término da prova e desde que permaneça em sala até esse momento.
- 08 Não será permitida a cópia de gabarito no local de prova. Ao terminar a prova de Conhecimentos, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, o seu CARTÃO DE RESPOSTAS e o seu CADERNO DE QUESTÕES, ressalvado o estabelecido no item 7.
- 09 Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu Cartão de Respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões não serão levados em consideração.
- 10 Os 3 (três) últimos candidatos permanecerão sentados até que todos conclam a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões 1 a 8.

Ucrânia e o mundo civilizado

Cobertura ocidental sobre Ucrânia. Na CBS: “Este não é um lugar como o Iraque ou o Afeganistão. Esta é uma cidade relativamente civilizada, relativamente europeia”. Na ITV britânica: “O impensável aconteceu. Esta não é uma nação em desenvolvimento do terceiro mundo – esta é a Europa!”. Na BBC: “É muito emocionante para mim porque vejo europeus com olhos azuis e cabelos loiros sendo mortos”.

Há quase meio milhão de refugiados da Ucrânia, metade deles para a Polônia, a mesma que há pouco mandava tropas para bater em refugiados. Há relatos de africanos e de brasileiros barrados em trens fugindo da Ucrânia. Enfatizar que nossa dor é seletiva – geográfica e racialmente – não apaga a realidade da dor (na Ucrânia, é real e cruel); apenas ressalta que nossa empatia é proporcional à humanidade que concedemos a quem sofre.

Raça é uma fronteira, nos lembra Achille Mbembe em “Racial Borders”. Regimes formais (*status* de refugiado) e informais (ser aceito em um trem) conferem privilégios raciais a uns e imobilidade a outros. A quem chamamos civilizados, a compaixão. Aos bárbaros, a penúria. O maior campo de refugiados do mundo, no Quênia, continua ameaçado de fechar. Sanções econômicas dos EUA continuam a levar o Afeganistão à fome.

No livro “History of White People”, Painter nos lembra que o reconhecimento de povos do Leste Europeu como igualmente brancos no Ocidente foi objeto de disputa. Foi por ter admirado a beleza de um crânio oriundo das montanhas do Cáucaso na Rússia, aliás, que Blumenbach, em 1795, classificou o grupo europeu como caucasiano.

A anedota persiste e nos lembra que raça é, ao mesmo tempo, arbitrária e poderosa. No mesmo século 18, o termo “civilização” era inventado para separar europeus dos bárbaros colonizados (nós, no caso). Por baixo do derramar de sangue da guerra, desumano e inútil, reside paradoxalmente a chave para compreender a nossa humanidade: todos sangramos, nós que somos seletivos no olhar.

Thiago Amparo
Folha de São Paulo, 03/03/2022

1. A discussão central do texto se sustenta na relação entre:

- A) realidade econômica e sensacionalismo midiático
- B) origem geográfica e motivação para a guerra
- C) afeto humanitário e acirramento neoliberal
- D) segregação racial e parcialidade na reação

2. No primeiro parágrafo, uma premissa considerada comum à perspectiva sustentada em todos os relatos remete à seguinte ideia:

- A) a estética deve ser um critério de visibilidade
- B) um continente é superior em relação aos demais
- C) alguns povos assumem posturas mais violentas
- D) intervenções bélicas estão superadas no mundo contemporâneo

3. No segundo parágrafo, a perspectiva adotada pelo autor se baseia na seguinte ideia:

- A) os sofrimentos podem ser relativizados
- B) a reação varia de acordo com quem seja o alvo
- C) a fuga de uma população não se justifica facilmente
- D) a invasão de território estrangeiro deve ser criminalizada

4. No terceiro parágrafo, o autor menciona o campo de refugiados, situado no Quênia.

Essa menção estabelece, com a discussão apresentada no parágrafo, a função textual de:

- A) demonstração da distinção construída entre grupos
- B) contraposição à tese da existência do privilégio racial
- C) reforço da fronteira entre regimes formais e informais
- D) ênfase à semelhança entre os exemplos apresentados

5. No quinto parágrafo, o autor destaca uma articulação que ele considera paradoxal.

O paradoxo se refere à relação entre os seguintes aspectos:

- A) inutilidade dos conflitos e utilidade do conhecimento sobre a realidade
- B) importância dos avanços tecnológicos e desperdício com uso em guerras
- C) aprimoramento dos valores humanos e instintos animais primitivos
- D) progresso civilizatório implacável e fragilidade do corpo

6. “Enfatizar que nossa dor é seletiva – geográfica e racialmente – não apaga a realidade da dor” (2º parágrafo)

No trecho, a palavra “que” introduz uma oração com a função de:

- A) complemento nominal
- B) objeto indireto
- C) objeto direto
- D) predicativo

7. No segundo parágrafo, o emprego da palavra “mesma” estabelece uma coesão entre as partes da frase, com o propósito de enfatizar uma relação de:

- A) concessão entre benefícios e malefícios indicados
- B) explicação para a adoção do procedimento apresentado
- C) contradição entre as duas iniciativas mencionadas
- D) motivação para o empreendimento militar proposto

8. O emprego da vírgula marca a elipse de um verbo em:

- A) “na Ucrânia, é real e cruel” (2º parágrafo)
- B) “Aos bárbaros, a penúria” (3º parágrafo)
- C) “Foi por ter admirado a beleza de um crânio oriundo das montanhas do Cáucaso na Rússia, aliás” (4º parágrafo)
- D) “A anedota persiste e nos lembra que raça é, ao mesmo tempo, arbitrária e poderosa” (5º parágrafo)

LEGISLAÇÃO E ÉTICA

9. Determinado servidor público civil da União, nomeado para cargo de provimento efetivo, se encontra submetido a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, devendo ser observados os seguintes fatores, à luz da Lei nº 8.112/90:

- A) inovação, motivação, empreendedorismo e engajamento
- B) assertividade, imobilidade, capacidade de adaptação e dinamismo
- C) assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade
- D) comprometimento com o desenvolvimento pessoal, gestor do tempo e positivismo

10. DJ pretende obter informações da Administração Pública baseado no exercício do direito de petição para defesa de direitos.

Nos termos da Constituição Federal, o direito de petição é:

- A) custeado por taxas
- B) restrito a cidadãos
- C) independente de quaisquer pagamentos
- D) contrário à publicidade

11. Abner é professor e estava degustando um café no bar da escola X quando um grupo de estudantes, recebendo um novo aluno, determinou que este abrisse uma melancia com a cabeça e comesse a fruta, sob ameaças físicas, caso não concluisse a tarefa.

Nesse caso, nos termos da Lei nº 13.185/2015, trata-se de:

- A) trote
- B) *bullying*
- C) recepção
- D) acolhimento

12. Break foi acusado de cometer o crime de racismo e alegou, como defesa, que os fatos seriam antigos, o que não permitiria o julgamento decorrente desse crime.

Nos termos da Constituição Federal, a prática do racismo constitui crime:

- A) afiançável
- B) temporário
- C) momentâneo
- D) imprescritível

13. Para muitos estudiosos da Administração Pública, a razão de existir do Estado é a prestação de serviços para a população.

À vista disso, os servidores públicos civis, com base na Lei nº 8.112/90, devem tratar:

- A) com urgência as ordens superiores ainda que ilegais
- B) com urbanidade os demais servidores públicos e o público em geral
- C) com menoscabo a economia do material e da conservação do patrimônio público
- D) com detração as atribuições legais e regulamentares inerentes ao cargo ou função

14. Loren é professora e deseja participar da gestão da escola municipal onde leciona. A escolha da Diretora deu-se em eleição que ocorre em processo similar às eleições nacionais, com registro, debate e voto, secreto. Após a apuração dos votos, Loren perde por um voto. Nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, os sistemas de ensino definirão as normas da gestão do ensino público na educação básica, que será:

- A) imposta
- B) democrática
- C) seletiva
- D) popular

15. Di é um criança que perdeu seus pais em decorrência de doença grave. Diante da situação de orfandade, o menor foi encaminhado para entidade assistencial e aguarda família substituta. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a colocação em família substituta far-se-á mediante:

- A) curatela
- B) interdição
- C) apadrinhamento
- D) tutela

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Anualmente, os entes da Federação deverão, entre outras obrigações, demonstrar a evolução do seu patrimônio, estabelecer o resultado nominal e primário e também o montante da dívida pública para o exercício vigente e para os dois subsequentes.

De acordo com a legislação aplicada à técnica orçamentária e ao planejamento governamental, essas determinações citadas deverão estar estabelecidas no seguinte documento:

- A) Anexo de Metas Fiscais
- B) Anexo de Riscos Fiscais
- C) Relatório de Gestão Fiscal
- D) Relatório Resumido da Execução Orçamentária

17. Em 24/09/2021, um determinado ente governamental realizou o pagamento da despesa orçamentária referente à aquisição de um ativo permanente – bens móveis. Considerando somente as informações de natureza orçamentária e de controle, foram efetuados lançamentos nas contas contábeis classificadas, respectivamente, na seguinte classe e grupo:

- A) 6.3 e 1.1
- B) 5.2 e 1.2
- C) 5.3 e 8.1
- D) 6.2 e 8.2

18. Em 21/09/2021, uma unidade orçamentária recebeu e realizou no mesmo dia a liquidação pelo recebimento de cinco computadores, vinculado a um contrato. Indique, independente das naturezas das informações, o lançamento efetuado pela contabilidade que **NÃO** se aplica à transação efetuada, na data indicada:

(legenda: D – débito; C – crédito)

- A) D: Crédito Empenhado a Liquidar
C: Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
- B) D: Contratos de Fornecimento de Bens – A Executar
C: Contratos de Fornecimento de Bens – Executados
- C) D: Uso de bens, serviços e consumo de Capital Fixo
C: Fornecedores Nacionais – Curto Prazo
- D) D: Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Empenho
C: Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

19. Em 2021, a Lei Orçamentária de um determinado ente governamental previa receitas e fixava despesas no valor de R\$ 75.000,00. Durante o exercício financeiro, foram realizadas as seguintes transações (valores em Reais):

Empenho, liquidação e Pagamento com aquisição de imobiliário	12.000,00
Recebimento de impostos e taxas	32.000,00
Empenho, liquidação e Pagamento de salários dos servidores	23.000,00
Empenho, liquidação e pagamento de alugueis	14.000,00
Recebimento de cota-parte do FPE	25.000,00
Empenho e liquidação de aquisição de mobiliário	14.000,00
Recebimento de operações de crédito – LP	15.000,00
Empenho e liquidação de material de consumo	4.000,00
Recebimento de alienação de bens móveis	9.000,00

Pode-se afirmar que o resultado orçamentário no exercício foi:

- A) deficitário de R\$ 7.000,00
- B) deficitário de R\$ 9.000,00
- C) superavitário de R\$ 10.000,00
- D) superavitário de R\$ 14.000,00

20. A função orçamentária que visa tornar a sociedade menos desigual em termos de renda e riqueza, através da tributação e de transferências financeiras, subsídios, incentivos fiscais, alocação de recursos em camada mais pobres da população é aquela denominada:

- A) estabilizadora
- B) alocativa
- C) distributiva
- D) participativa

21. O balanço financeiro de um determinado ente governamental elaborado, em 31/12/2021, apresentava a seguinte composição (valores em reais):

Receitas Orçamentárias Ordinárias	90.000,00
Receitas Orçamentárias Vinculadas	200.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	20.000,00
Restos a Pagar Inscritos no Exercício	40.000,00
Depósitos Restituíveis Recebidos	15.000,00
Consignações Retidas	10.000,00
Despesa Orçamentárias Ordinárias	80.000,00
Despesa Orçamentárias Vinculadas	220.000,00
Pagamentos de Restos a Pagar	40.000,00
Transferências Financeiras Concedidas	10.000,00
Consignações Transferidas	5.000,00
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	15.000,00
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	25.000,00

Pode-se afirmar que o montante das despesas pagas do exercício foi igual a:

- A) R\$ 370.000,00
- B) R\$ 355.000,00
- C) R\$ 315.000,00
- D) R\$ 260.000,00

22. Nos registros dos fatos contábeis e com a finalidade de possibilitar a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação das demonstrações contábeis, são utilizados, na codificação numérica das contas contábeis de natureza patrimonial, no seu 5º nível de desdobramento, os algarismos de 1 a 5.

As transações efetuadas entre órgãos que pertencem ao mesmo orçamento fiscal e da seguridade social devem utilizar o seguinte dígito:

- A) 1 (um)
- B) 2 (dois)
- C) 3 (três)
- D) 4 (quatro)

23. Em 31/12/2021, antes dos ajustes necessários, o balancete de verificação elaborado por uma empresa comercial apresentava as seguintes contas com seus respectivos saldos (valores em Reais):

Bancos c/Movimentos	40.000,00
Duplicatas a Receber	5.000,00
Duplicatas a Pagar	7.500,00
Despesas de Salários	7.500,00
Despesas de Impostos	2.500,00
Contas a Pagar	5.000,00
Móveis e Utensílios	10.000,00
Energia Elétrica	2.500,00
Capital Social	17.500,00
Lucros/Prejuízos Acumulados	5.000,00
Mercadorias	10.000,00
Receitas de Vendas	60.000,00
Despesas Financeiras	5.000,00
Despesas Antecipadas	2.500,00
Custos das Mercadorias Vendidas	10.000,00

No referido demonstrativo, o montante indicado na coluna dos saldos das contas de natureza credora era igual a:

- A) R\$ 7.500,00
- B) R\$ 90.000,00
- C) R\$ 95.000,00
- D) R\$ 105.000,00

24. Conforme previsto na legislação vigente, as sociedades por ações deverão, ao final de cada exercício social, elaborar e publicar suas demonstrações contábeis. Dentre elas, há a Demonstração do Fluxo de Caixa que pode ser elaborado por dois métodos, o direto e o indireto. Pelo método indireto, para a determinação do caixa efetivamente gerado pelas operações, se faz necessário adicionar ao Lucro Líquido apurado no exercício o valor pertinente:

- A) às reduções nos saldos das contas do ativo circulante
- B) ao resultado positivo da equivalência patrimonial
- C) aos ganhos na alienação de bens do ativo imobilizado
- D) às reduções nos saldos das contas do passivo circulante

25. No final do exercício, as seguintes informações estavam registradas na contabilidade da Empresa Comercial Ltda., revendedora de mercadorias:

Receita Bruta de Vendas	180.000,00
Compra de Mercadorias	100.000,00
Despesas Gerais	30.000,00
Despesas com Vendas	10.000,00
Despesas Financeiras	10.000,00
Descontos Condicionais Obtidos	9.000,00
Receita de venda de bem imobilizado	6.000,00
Receitas Financeiras	5.000,00
Estoque Inicial de Mercadorias	52.000,00
Estoque Final de Mercadorias	60.000,00

Sabendo-se que a empresa é tributada pelo lucro fiscal e que nas operações com mercadorias há a incidência de PIS, COFINS e ICMS com alíquota de 18%, o lucro operacional apurado no exercício com base nas legislações vigentes correspondeu ao seguinte valor:

- A) R\$ 40.680,00
- B) R\$ 36.200,00
- C) R\$ 34.680,00
- D) R\$ 30.200,00

26. Em 30/09/2021, o estoque para revenda da Empresa Comercial Alvorada Ltda, relativo ao seu produto ALPHA, era de 20 unidades a um custo unitário de R\$ 20,00. Durante o mês de outubro, foram realizadas as seguintes operações:

Compra:

- Dia 05: 20 unidades ao preço unitário de R\$ 31,25
- Dia 10: 15 unidades ao preço unitário de R\$ 37,50
- Dia 30: 10 unidades no montante total de R\$ 475,00

Vendas:

- Dia 15: 18 unidades ao preço unitário de R\$ 45,00
- Dia 26: 20 unidades ao preço unitário de R\$ 48,00

Sabe-se ainda que:

- a empresa adota o método PEPS para avaliar o seu estoque;
- nas operações com mercadorias incide somente o ICMS na alíquota de 20%;
- no dia 08/10/2021 a empresa devolveu ao seu fornecedor oito unidades do produto adquirido dia 05/10/2021 que apresentaram pequenos defeitos;
- no dia 28/10/2021 clientes devolveram quatro unidades vendidas no dia 26/10/2021 que estavam fora das especificações.

Dessa forma, o valor do custo das mercadorias vendidas no referente mês foi igual a:

- A) R\$ 760,00
- B) R\$ 790,00
- C) R\$ 880,00
- D) R\$ 1.040,00

27. Em 31/12, o balancete de verificação elaborado por uma companhia comercial revendedora de mercadorias, apresentava a seguinte composição (valores em reais):

Disponibilidade	15.000,00
Fornecedores	30.000,00
Móveis e Utensílios	70.000,00
Receitas de Vendas	140.000,00
Contas a Pagar	20.000,00
Capital Social	82.000,00
Lucros/Prejuízos Acumulados	18.000,00
Duplicatas a Receber	20.000,00
Despesas Antecipadas	5.000,00
Receitas Financeiras	10.000,00
Mercadorias	40.000,00
Despesas Gerais e Administrativas	50.000,00
Custos das Mercadorias Vendidas	72.000,00
Juros Ativos	8.000,00

Por ocasião da apuração do resultado do período, foi verificado que o montante do IR e CSLL somados seria de R\$ 5.000,00 e a participação dos empregados no resultado seria de R\$ 1.000,00. De acordo com o estatuto da companhia, o pagamento de dividendos aos seus acionistas seria na base de 40% do lucro líquido ajustado. Em cumprimento à legislação, ao elaborar o balanço patrimonial do exercício, o montante do patrimônio líquido evidenciado na demonstração foi igual a:

- A) R\$ 80.500,00
- B) R\$ 82.000,00
- C) R\$ 89.440,00
- D) R\$ 94.000,00

28. ALFA é uma unidade orçamentária contemplada no Orçamento Anual de um determinado ente federativo com dotações para atender seus programas de trabalhos. Durante o exercício financeiro, para execução de uma das ações, ALFA transferiu para BETA, uma unidade administrativa subordinada, uma parcela do crédito recebido, assumindo, dessa maneira, a responsabilidade de realizar as despesas pertinentes. A transferência de crédito realizada entre as unidades mencionadas foi efetuada por meio do seguinte instrumento de descentralização orçamentária:

- A) Cota
- B) Provisão
- C) Repasse
- D) Destaque

29. De acordo com o preconizado nas normas vigentes, os entes da federação, por intermédio do seu setor de contabilidade, deverão, no início de cada exercício financeiro, fazer o registro contábil da previsão da receita e da fixação da despesa conforme indicado na Lei Orçamentária Anual. À medida que vão ocorrendo durante o exercício as arrecadações daquelas receitas previstas, sob o enfoque da natureza de informação de controle, devem ser efetuados os seguintes lançamentos contábeis:

(Legenda: D = Débito; C = Crédito)

- A) D: 1.1.1.1.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa
C: 6.2.1.1.x.xx.xx Receita Realizada
- B) D: 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
C: 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada
- C) D: 8.2.1.1.x.xx.xx Execução da Disponibilidade de Recursos - DDR
C: 8.2.1.1.2.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometidas
- D) D: 7.2.2.2.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos
C: 8.2.1.1.1.xx.xx Execução da Disponibilidade de Recursos - DDR

30. Conforme preconizado na legislação vigente, é vedada a inclusão na Lei Orçamentária Anual de crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada. Entretanto, poderá constar, na referida LOA, uma dotação genérica denominada de reserva de contingência que será utilizada para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, cuja forma de utilização e montante, com base num determinado percentual da receita corrente líquida, esteja estabelecida no seguinte documento:

- A) Plano Plurianual
- B) Lei de Diretrizes Orçamentárias
- C) Lei de Responsabilidade Fiscal
- D) Anexo de Metas Fiscais

31. No final do exercício financeiro de 2021, um determinado ente da federação elaborou o quadro demonstrativo abaixo, relacionando as despesas orçamentárias efetuadas em atendimento às diversas ações necessárias ao cumprimento do seu programa de governo:

Código da Natureza	Valor R\$
3.1.90.11	95.000,00
3.2.90.21	75.000,00
4.4.90.51	75.000,00
4.5.90.65	85.000,00
3.1.90.13	175.000,00
3.3.90.37	45.000,00
4.4.90.52	65.000,00
4.5.90.61	40.000,00
3.3.90.30	60.000,00
4.6.90.71	100.000,00
3.3.90.39	55.000,00
4.4.90.61	30.000,00

Levando em consideração a classificação das despesas referentes ao grupo de natureza "Investimentos", o montante executado no exercício correspondeu ao seguinte valor:

- A) R\$ 100.000,00
- B) R\$ 125.000,00
- C) R\$ 160.000,00
- D) R\$ 170.000,00

Informações para responder às questões 32 e 33.

Um determinado ente governamental, em 31/12/2021, após efetuar todos os ajustes necessários se baseou nas seguintes contas, com seus respectivos saldos, constantes no demonstrativo abaixo, para elaborar o seu balanço patrimonial:

Caixa e Equivalentes de Caixa em moeda nacional (F)	80.000,00
Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo(F)	24.000,00
Estoques (P)	16.000,00
Investimentos (P)	36.000,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (F)	5.000,00
Pessoal e Encargos Sociais a Pagar (F)	18.000,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (P)	8.000,00
Créditos a Receber a Curto Prazo (P)	8.000,00
Imobilizado (P)	80.000,00
Valores Restituíveis (F)	5.000,00
Intangível (P)	4.000,00
IRRF a Recolher (F)	2.000,00
Resultado Acumulado	60.000,00
Resultado do Exercício	6.000,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo (P)	106.000,00
Créditos Empenhados Liquidados a Pagar	44.000,00
Créditos Empenhados a Liquidar	10.000,00
Créditos Empenhados em Liquidação	4.000,00

32. De acordo com a estrutura do balanço patrimonial elaborado, o montante do Passivo Circulante correspondeu ao valor de:

- A) R\$ 57.000,00
- B) R\$ 52.000,00
- C) R\$ 26.000,00
- D) R\$ 22.000,00

33. Ainda com base na composição da referida demonstração contábil elaborada, o saldo patrimonial do exercício apresentava o seguinte valor:

- A) R\$ 66.000,00
- B) R\$ 56.000,00
- C) R\$ 52.000,00
- D) R\$ 48.000,00

34. Na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2021 de um determinado ente da federação, para atender despesas necessárias à ampliação e reforma de um imóvel empregado nas suas atividades, foram alocados um valor total de R\$ 670.000,00. Desse valor, R\$ 600.000,00 foram destinados para a obras de ampliação do imóvel e R\$ 70.000,00 foram alocados para atender as reformas de um modo geral do prédio atual. De acordo com a técnica orçamentária e com base na classificação da despesa orçamentária, quanto à estrutura programática essas dotações foram classificadas e identificadas, de acordo com as ações governamentais da seguinte forma:

- A) R\$ 670.000,00 como projeto
- B) R\$ 670.000,00 como atividade
- C) R\$ 600.000,00 como projeto e R\$ 70.000,00 como atividade
- D) R\$ 600.000,00 como atividade e R\$ 70.000,00 como projeto

35. Conforme definido nas normas vigentes, o chefe do Poder Executivo da União enviou, na data prevista, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) ao Congresso Nacional para análise e aprovação. Nessa fase do processo orçamentário, os parlamentares poderão apresentar emendas ao projeto proposto, desde de que sejam compatíveis com o PPA e com a LDO e indiquem os recursos financeiros, sendo admitidos somente aqueles provenientes de anulação total ou parcial de dotações já consignadas no PLOA. A norma legal, entretanto, determina que **NÃO** podem ser anuladas, entre outras, as dotações destinadas aos seguintes tipos de despesas:

- A) transferências voluntárias e educação
- B) serviço da dívida e pessoal e encargos sociais
- C) assistência social e amortização de operações de crédito
- D) precatórios judiciais e transferências legal e constitucional

36. A Antecipação de Receita Orçamentária – ARO é um tipo especial de operação de crédito que objetiva suprir exclusivamente eventuais insuficiências de caixa durante o exercício financeiro, cuja autorização para contratação poderá constar no texto da Lei Orçamentária Anual e deverá atender todas as condições gerais previstas na legislação. Ocorrendo a referida operação, o ingresso financeiro oriundo será classificado, quanto à natureza, como sendo uma receita:

- A) de capital
- B) extraordinária
- C) de transferência
- D) extraorçamentária

37. Em 31/05/2021, uma unidade orçamentária da estrutura do Poder Executivo Federal transferiu por doação um imóvel que estava sem utilização, para um determinado Estado da Federação para a instalação de uma unidade hospitalar. Em cumprimento às normas contábeis, o referido Estado, quando do recebimento e incorporação do imóvel ao seu patrimônio, efetuou o registro a débito da conta contábil 1.2.3.2.1.xx.xx Bens Imóveis e, como contrapartida, fez o lançamento a crédito da seguinte conta:

- A) 4.5.2.3.1.xx.xx Transferências Voluntárias – Consolidação
- B) 4.5.2.3.3.xx.xx Transferências Voluntárias – Inter OFSS – União
- C) 4.5.2.3.2.xx.xx Transferências Voluntárias – Inter OFSS – Estado
- D) 4.5.1.2.3.xx.xx Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária – Intra OFSS

38. A Conta Única do Tesouro Nacional, com o objetivo de atender o princípio de unidade de caixa determinado pela legislação, possibilita o controle e a fiscalização rigorosa sobre as disponibilidades de caixa do erário, de forma a facilitar e identificar qualquer ingresso (receitas orçamentárias e extraorçamentárias) ou saída de recursos financeiros movimentados pelas Unidades Gestoras da Administração Pública Federal, é mantida na seguinte instituição:

- A) Banco do Brasil
- B) Tesouro Nacional
- C) Banco Central do Brasil
- D) Ministério da Economia

Informações para responder às questões 39 e 40.

Em 31/12/2021, para elaborar a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) um determinado ente federativo levou em consideração as seguintes transações realizadas durante o exercício financeiro, registradas na sua contabilidade:

Reconhecimento de Impostos a Receber	100.000,00
Pagamento de pessoal e encargos sociais	90.000,00
Aquisição de móveis e utensílios	18.000,00
Pagamento de juros e encargos sobre empréstimos	45.000,00
Recebimento de cota-parte de transferências constitucionais	80.000,00
Recebimento de impostos lançados no exercício	90.000,00
Pagamento de serviços de terceiros – pessoa jurídica	45.000,00
Apropriação de imóvel doado por terceiros	16.000,00
Recebimento de arrendamentos	20.000,00
Cancelamento de Restos a Pagar não processados	13.500,00
Arrecadação de receitas de serviços	30.000,00
Doação a terceiros de bens móveis	9.000,00
Recebimento da dívida ativa tributária	22.000,00
Recebimento de caução em espécie	4.000,00
Distribuição para uso de material de consumo do almoxarifado	4.500,00
Apropriação da depreciação do imobilizado	9.000,00
Venda de bens móveis	27.000,00
Baixa do valor contábil líquido pela venda de bens móveis	23.000,00
Inscrição no exercício de Restos a Pagar Processados	22.500,00
Recebimento de Operação de Crédito interna	120.000,00
Pagamento de Restos a Pagar de 2020 – material de consumo	22.000,00
Amortização de operações de crédito externa	180.000,00
Valores restituídos de caução em espécie a licitantes	1.000,00

Informação Complementar - Nas Notas Explicativas anexas à DFC elaborada, ressaltava-se o fato de que os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, embora em poder do ente público, não seriam utilizados por tal ente.

39. O montante das Variações Patrimoniais Aumentativas, indicado na DVP, correspondia ao seguinte valor:

- A) R\$ 250.000,00
- B) R\$ 240.000,00
- C) R\$ 272.000,00
- D) R\$ 273.000,00

40. Na Demonstração de Fluxo de Caixa elaborada, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais foi:

- A) negativo de R\$ 22.000,00
- B) negativo de R\$ 45.000,00
- C) positivo de R\$ 43.000,00
- D) positivo de R\$ 62.000,00

41. A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem por função principal o estabelecimento dos parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, de forma a garantir, dentro do possível, a realização das diretrizes, dos objetivos e das metas contempladas no Plano Plurianual. De acordo com a legislação atual, a LDO deverá conter dois anexos: o de riscos fiscais e o de metas fiscais. O Anexo de Riscos Fiscais deverá conter informações relativas a:

- A) critérios e forma de limitação de empenho, caso haja frustração de arrecadação de receita
- B) avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes gerais de previdência social e próprio dos servidores públicos
- C) estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado
- D) providências a serem tomadas na concretização de ocorrência de passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas

42. A Companhia ABC no exercício social encerrado, em 31/12/2021, apurou um lucro líquido no valor de R\$ 400.000,00 e constituiu as seguintes reservas sobre esse lucro:

Reserva Legal	R\$ 20.000,00
Reserva Estatutária	R\$ 10.000,00
Reserva de Incentivos Fiscais	R\$ 4.000,00

No lucro do exercício apurado constava o ganho de equivalência patrimonial no valor de R\$ 200.000,00, além de uma parcela relativa ao lucro de vendas a prazo, com recebimento acertado para o mês de março de 2023, no valor de R\$ 20.000,00. Ocorreu também no exercício a reversão de Reserva para Contingências constituída em 2020, por não ter ocorrido a motivação da sua constituição, no valor de R\$ 10.000,00. Sabendo-se que o estatuto da sociedade é omissivo quanto ao pagamento de dividendos obrigatórios aos seus acionistas, e com base na legislação vigente, o valor que poderia ter sido constituído, no exercício, correspondente a reserva de lucros a realizar foi igual a:

- A) R\$ 7.000,00
- B) R\$ 8.000,00
- C) R\$ 13.000,00
- D) R\$ 20.000,00

43. A mensuração é o processo que consiste em determinar os valores monetários pelos quais os elementos patrimoniais devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis, decorrentes da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativa e quantitativas. Com base nas normas aplicáveis à avaliação patrimonial, são consideradas bases de mensuração do passivo:

- A) preço presumido e valor em uso
- B) custo histórico e custo de liberação
- C) valor de mercado e custo de reposição
- D) custo de cumprimento da obrigação e custo de substituição

44. Para aumentar sua performance no volume de vendas de seus produtos, a Companhia Industrial adquiriu, em 01/01/2017, um equipamento para o seu parque industrial por R\$ 400.000,00 à vista. Estimou sua vida útil em dez anos, com valor residual de R\$ 10.000,00, utilizando o método linear para depreciá-lo, apropriando mensalmente a parcela correspondente. Em 31/12/2021, antes do levantamento do seu balanço patrimonial, efetuou o teste de recuperabilidade em todo seu imobilizado e para o referido equipamento se baseou nas seguintes informações levantadas:

- Valor em uso: R\$ 160.000,00;
- o valor de mercado pesquisado era de R\$ 200.000,00 e se efetuasse sua venda seria necessário realizar despesa com a sua desinstalação no valor de R\$ 20.000,00.

Sabendo-se que nos anos anteriores não houve alteração com o valor de equipamento, pode-se concluir que o valor do referido equipamento, no final do exercício e evidenciado no conjunto do imobilizado no balanço patrimonial, seria igual a:

- A) R\$ 205.000,00
- B) R\$ 200.000,00
- C) R\$ 180.000,00
- D) R\$ 160.000,00

45. Uma empresa comercial revendedora de mercadorias adquiriu à vista, em 01/03/2021, uma máquina empacotadora por R\$ 250.000,00, com impostos recuperáveis no valor de R\$ 30.000,00 e impostos não recuperáveis de R\$ 20.000,00. Na ocasião efetuou, também, os seguintes gastos:

- Contratação de frete e seguro no transporte: R\$ 5.000,00.
- Preparo do local e instalação da máquina: R\$ 5.000,00.
- Instrução por técnico qualificado para operação da máquina: R\$ 20.000,00.
- Seguro anual contra sinistro da máquina: R\$ 6.000,00.

A administração da empresa estimou uma vida útil da máquina em dez anos, com valor residual de R\$30.000,00. Sabendo-se que o método aplicado de depreciação foi o linear e que a operação da máquina foi iniciada somente em 01/04, o valor a ser evidenciado no balanço patrimonial em 31/12/2021 era de:

- A) R\$ 265.875,00
- B) R\$ 257.550,00
- C) R\$ 252.000,00
- D) R\$ 222.000,00

46. Em 31/05/2021, em função da execução orçamentária no exercício financeiro, um determinado ente federativo procurou saber o montante que poderia dispor caso fosse necessário solicitar aprovação e abertura de créditos adicionais. Para isso, levantou as seguintes informações:

- I. o balanço patrimonial de 2020 apresentava ativo financeiro de R\$ 11.000,00 e passivo financeiro de R\$ 6.500,00 e uma disponibilidade de caixa de R\$ 9.000,00;
- II. um crédito especial, autorizado em outubro de 2020, à conta de anulação de dotação foi transferido pelo saldo de R\$ 1.500,00;
- III. a arrecadação prevista inicialmente para 2021 era de R\$ 258.000,00 e os recursos arrecadados até 31/05 totalizaram R\$ 120.000,00 e a arrecadação mensal do restante do exercício deverá se manter no nível já observado;
- IV. em 25/05 foi aberto um crédito extraordinário de R\$ 12.000,00.

Tendo em vistas essas informações, o montante que se poderia dispor para a abertura de créditos adicionais no restante do exercício financeiro seria de:

- A) R\$ 30.000,00
- B) R\$ 28.500,00
- C) R\$ 25.500,00
- D) R\$ 21.000,00

47. No final do exercício financeiro foram obtidas, entre outras, as seguintes informações na contabilidade de um determinado ente da Federação:

Crédito Empenhado a Liquidar	R\$ 170.000,00
Crédito Empenhado Liquidado a Pagar.	R\$ 80.000,00
Crédito Empenhado em liquidação	R\$ 10.000,00
Crédito Empenhado Pago	R\$ 820.000,00

No balanço orçamentário elaborado em 31/12 constavam, entre outros, os seguintes dados:

Dotação Atualizada	R\$ 1.120.000,00
Previsão Atualizada	R\$ 1.120.000,00
Superávit	R\$ 110.000,00

Sabendo-se que, no exercício, não houve refinanciamento de dívidas e nem reabertura de saldos remanescentes de créditos adicionais abertos no exercício anterior, o montante das receitas orçamentárias arrecadadas no exercício correspondeu ao seguinte valor:

- A) R\$ 930.000,00
- B) R\$ 940.000,00
- C) R\$ 1.190.000,00
- D) R\$ 1.230.000,00

48. No final do exercício, o balancete de verificação das contas patrimoniais elaborado pela Cia. Planalto apresentava as seguintes contas com seus respectivos saldos (valores em reais):

Caixa	5.000,00
Banco c/Movimento	12.000,00
Capital Social	105.000,00
Fornecedores a Curto Prazo	25.000,00
Móveis e Utensílios	30.000,00
Veículos	10.000,00
Impostos a Pagar	10.000,00
Clientes	38.000,00
Adiantamentos a Sócios	5.000,00
Ações em Tesouraria	2.000,00
Contas a Receber	13.000,00
Equipamentos	47.000,00
Estoque de Mercadorias	42.000,00
Empréstimos Curto Prazo	60.000,00
Lucros/Prejuízos Acumulados	10.000,00
Depreciação Acumulada	2.000,00
Salários a Pagar	12.000,00

Sabendo-se que todos os ajustes já foram efetuados, na elaboração do balanço patrimonial o montante correspondente aos débitos de funcionamento que estão financiando as atividades da empresa é de:

- A) R\$ 47.000,00
- B) R\$ 59.000,00
- C) R\$ 64.000,00
- D) R\$ 97.000,00

49. A provisão para devedores duvidosos é constituída no encerramento do exercício social, com base nos valores a receber no exercício seguinte provenientes das vendas a prazo realizadas no exercício atual, tendo em vista a expectativa com a perda decorrente da inadimplência por parte dos clientes. A contrapartida será feita com a conta “despesas com provisão” para devedores duvidosos que por ocasião da elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício, estará inserida no montante do seguinte grupo:

- A) Outras Despesas
- B) Despesas Comerciais
- C) Despesas Financeiras
- D) Despesas Gerais e Administrativas

50. As sociedades por ações, de capital aberto, deverão, com base na escrituração mercantil, elaborar no final do exercício social as suas demonstrações contábeis que têm de exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia. Com base no que está determinado em dispositivo legal, além do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício, também devem ser elaboradas as seguintes demonstrações:

- A) dos lucros ou prejuízos acumulados, dos fluxos de caixa e do valor adicionado
- B) dos fluxos de caixa, do valor adicionado e das mutações do patrimônio líquido
- C) das origens e aplicação de recursos, dos lucros ou prejuízos acumulados e do valor adicionado
- D) dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos